

Ecocapitalismo e o direito à natureza no contexto urbano **Uma visão sobre Goiânia, a Capital Verde**

SESSÃO TEMÁTICA: ET1 DIREITO À PAISAGEM

Ana Flávia Nunes Cruvinel
Universidade Federal de Goiás
E-mail: anaflavianunescruvinel1@gmail.com

Wagner de Souza Rezende
Universidade Federal de Goiás
E-mail: wagnerrezende@ufg.br

RESUMO

Neste artigo exploramos como a disputa pela natureza no território goianiense é influenciada pela lógica ecocapitalista, ramo da ecologia que se alia aos interesses do capital e captura o discurso ambiental, transformando-o em ativo de negócios. Esses agentes lucram tanto com os recursos do meio ambiente, quanto com a própria ideia de natureza: tecnificada em simulacros que servem mais para construir narrativas institucionais do que para cumprir com suas funções ecológicas e sociais. Em Goiânia, essa lógica produz paisagens fabricadas para sustentar o discurso de Capital Verde, a experiência empírica da cidade, porém, revela uma malha urbana marcada pela desigualdade socioespacial. Nosso objetivo é evidenciar como a natureza urbana é capturada pelo mercado privado, enquanto a experiência real da maioria dos moradores de Goiânia é marcada pela desigualdade no acesso à urbanidade. Trabalhamos com a hipótese de que o título de Capital Verde opera em favor desses agentes, como ferramenta de legitimação institucional de projetos que capturam territórios do Cerrado, ajudando a ocultar a degradação que produzem. Ao articular essas questões com o debate sobre o direito à natureza, buscamos evidenciar que o problema não é falta de verde na cidade, mas quem controla esses territórios, e a quais interesses eles servem.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à natureza; Ecocapitalismo; Capital Verde; Cerrado

ABSTRACT

This article explores how the struggle for nature in the territory of Goiânia is influenced by ecocapitalist logic, a branch of ecology that allies itself with the interests of capital and captures environmental discourse, transforming it into a business asset. These agents profit both from environmental resources and from the very idea of nature: technified into simulacra that serve more to construct institutional narratives than to fulfill their ecological and social functions. In Goiânia, this logic produces fabricated landscapes to support the discourse of Green Capital; however, the empirical experience of the city reveals an urban fabric marked by socio-spatial inequality. Our objective is to highlight how urban nature is captured by the private market, while the real experience of most Goiânia residents is marked by inequality in access to urbanity. We work with the hypothesis that the title of Green Capital operates in favor of these agents, as a tool for the institutional legitimation of projects that capture Cerrado territories, helping to conceal the degradation they produce. By linking these issues to the debate on the right to nature, we seek to highlight that the problem is not a lack of green spaces in the city, but rather who controls these territories and whose interests they serve.

KEYWORDS: Right to Nature; Ecocapitalism; Green Capital; Cerrado.

1 INTRODUÇÃO

Está na TV, nas mídias digitais e nas campanhas políticas: Goiânia é a Capital Verde! (Prefeitura municipal de Goiânia, s.d). Até mesmo a população repete esse mantra, mas através de uma observação empírica da cidade é possível perceber que essa paisagem bucólica não se apresenta de forma homogênea, e esse discurso opera muito mais como um slogan do governo do que como realidade concreta. O verde existe, mas muitas vezes apenas na forma de decretos ou de projetos institucionais, na prática, a natureza em Goiânia é um privilégio territorializado, com parques e bosques implantados em áreas nobres e cuidadosamente produzidos para alimentar o mito de uma capital verde exemplar.

Nesse contexto, podemos compreender a produção da natureza urbana sob a ótica de Lefebvre (2001), que ao problematizar o direito à cidade, evidencia que o acesso aos recursos urbanos é mediado por dinâmicas de produção do espaço. Sob essa perspectiva, a natureza na cidade deixa de ser apenas um elemento ambiental e passa a integrar as dinâmicas de produção do espaço urbano, sendo apropriada, valorizada e distribuída de acordo com interesses econômicos e territoriais. Assim, o que se observa não é apenas a presença ou ausência de áreas verdes, mas a forma como essas áreas são produzidas e incorporadas à malha urbana, de modo a reproduzir com frequência padrões de segregação socioespacial e privatização do acesso à natureza na cidade.

Essa leitura pode ser aprofundada a partir de David Harvey (2005), ao evidenciar que, no contexto do capitalismo, a produção do espaço está diretamente associada a processos de valorização territorial. Nessa lógica, os recursos ambientais de um território passam a ser convertidos em ativos financeiros, que atraem a atenção da iniciativa privada. Essa dinâmica gera transformações na paisagem natural, convertendo-a em recortes de uma natureza tecnificada e ajustada para atender aos interesses de grupos específicos da sociedade.

Neste artigo buscamos contribuir na compreensão de como se dá a produção de desigualdades socioespaciais no contexto de uma metrópole como Goiânia, com o propósito de confrontar o discurso de “Capital Verde” que permeia a mídia e o imaginário coletivo da cidade. Partimos da hipótese de que esse título esteja frequentemente vinculado a projetos encabeçados pela lógica *ecocapitalismo*, compreendido aqui como ramo da ecologia que tenta se alinhar aos interesses do capitalismo, apropriando-se da pauta ambiental para legitimar interesses do mercado privado, geralmente, em detrimento do bem estar coletivo. Essa leitura dialoga com a crítica da chamada “*modernização ecológica*”, amplamente discutida no campo da justiça ambiental, que evidencia como o discurso ambiental pode ser incorporado às dinâmicas e demandas do mercado privado sobre o território (Acsegrad; Mello e Bezerra, 2009, p.14).

O objetivo deste artigo é analisar a interferência da lógica ecocapitalista na produção da natureza urbana em Goiânia, evidenciando como o discurso de “Capital Verde” opera em favor da legitimação e reprodução das desigualdades socioespaciais que marcam o território da cidade. Nesse cenário, argumenta-se que o discurso ecocapitalista atua como um dispositivo que legitima a apropriação privada da natureza urbana, ao mesmo tempo em que contribui na ocultação de processos de degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Por fim, analisamos as consequências socioambientais observadas em Goiânia em decorrência da influência ecocapitalista no território, evidenciando como seus impactos recaem de forma desigual sobre o morador urbano de acordo com sua realidade socioespacial. Entre essas consequências, se destacam: a poluição dos rios no perímetro urbano, a conversão de áreas de preservação ambiental em empreendimentos de alto padrão, as enchentes recorrentes das vias públicas, e a fragmentação de corredores ecológicos, que comprometem a preservação do Cerrado no perímetro da cidade. Esses processos vêm sendo identificados na literatura sobre a dinâmica socioambiental urbana de Goiânia (Silva et al., 2010; Grande et al., 2016) e serão aprofundados ao longo da análise.

Como metodologia, adotamos uma abordagem qualitativa de caráter crítico, que articula a análise documental da gestão ambiental de Goiânia, com base em artigos, dados institucionais e notícias, com uma leitura socioespacial empírica da cidade. A análise se apoia na utilização de dados secundários, provenientes de estudos acadêmicos e documentos já produzidos sobre o território de Goiânia, interpretados à luz do referencial teórico adotado. A pesquisa é orientada pela articulação entre o debate sobre a produção do espaço urbano e o direito à cidade conforme Henri Lefebvre (2001), com o recorte de Wendel Henrique (2009) sobre o direito à natureza no contexto urbano, articulado às contribuições do debate sobre justiça ambiental, especialmente a partir de Henri Acselrad et. al (2009).

Buscamos assim, evidenciar as disparidades entre o discurso institucional sobre as áreas verdes e a sua real materialização no território goiano, destacando como essas dinâmicas se relacionam na produção de desigualdades socioambientais no contexto urbano, sob a ótica do título de “Capital Verde” atribuído à cidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico, orientada pela compreensão de que a produção do espaço urbano e das dinâmicas socioambientais está diretamente relacionada às estruturas de poder que operam no território (Lefebvre, 2001; Acselrad et al., 2009). Nesse sentido, o estudo se fundamenta na articulação entre o debate sobre o direito à natureza, contribuições da ecologia política e discussões no campo da justiça ambiental, compreendendo a natureza urbana como elemento central das disputas sociais, econômicas e territoriais observadas em Goiânia.

Os procedimentos metodológicos adotados envolvem, inicialmente, a revisão bibliográfica de autores que discutem a produção do espaço urbano, a mercantilização da natureza e as desigualdades socioambientais, com o objetivo de construir uma base teórica capaz de sustentar a análise proposta. Em paralelo, foi realizada uma análise documental a partir de dados institucionais, relatórios ambientais, e materiais produzidos por órgãos públicos, assim como notícias que abordam a gestão ambiental e as transformações recentes no território urbano de Goiânia. A utilização de fontes jornalísticas se justifica pela necessidade de captar dinâmicas contemporâneas e processos em curso, muitas vezes ainda não sistematizados na literatura acadêmica, mas experienciados empiricamente por quem habita a cidade.

O levantamento das informações relativas à situação urbano-ambiental de Goiânia foi realizado a partir da articulação entre diferentes estudos e pesquisas já existentes, que analisam a dinâmica socioespacial e a distribuição da infraestrutura verde na cidade. Portanto, a presente pesquisa não se trata de coleta de dados primários, mas sim de uma sistematização crítica de dados secundários, interpretados à luz do referencial teórico adotado.

A organização da análise foi estruturada a partir de três eixos analíticos principais:

- I. **Distribuição da infraestrutura verde pública**
- II. **Apropriação privada da natureza**
- III. **O mito da Capital Verde**

A partir desses três eixos, foi possível identificar padrões recorrentes de produção desigual da natureza urbana, resultando em uma análise qualitativa e empírica que busca evidenciar como a apropriação e a degradação da natureza urbana se distribuem de forma assimétrica na cidade. Por fim, tensionamos o debate construído a partir do confronto entre a realidade socioespacial observada e o discurso institucional de “Capital Verde” atribuído à Goiânia, evidenciando as contradições entre a imagem promovida da cidade, com os processos efetivos da produção desigual do seu território urbano-ambiental.

3 NATUREZA NA CIDADE: CAMPO DE BATALHA

As cidades, e principalmente as metrópoles, são os epicentros das crises ambientais, pois são centros de consumo e produção. A urbanização desenfreada, impulsionada pela lógica capitalista, tem promovido a degradação dos ecossistemas, assim como a intensificação da desigualdade social. Nesse contexto, o modelo econômico vigente não apenas explora os recursos naturais de maneira insustentável, mas também define o conceito de natureza em termos de valor de troca, ignorando seu valor ecológico e função social. Nesse contexto, a crise ambiental urbana não pode ser compreendida como um fenômeno neutro, pois está vinculada à diversas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) contribui nesse debate ao destacar que a relação entre sociedade e natureza é historicamente mediada por disputas de poder, nas quais a apropriação dos recursos naturais se articula diretamente aos processos de dominação e exploração que estruturam o território sob a ótica do capitalismo.

Para compreender a disputa pela natureza no contexto das cidades, é necessário reconhecer que essas lutas estão presentes no cotidiano do morador urbano, e representam disputas reais por espaço e dignidade. Nessa disputa, existem diferenças significativas de poder e influência entre os agentes que atuam na produção do território. Por um lado, estão os agentes econômicos capazes de influenciar decisões políticas e direcionar a produção do espaço. Do outro, se encontra o morador urbano, que dispõe de menor poder de interferência nesses processos, especialmente quando vive em regiões periféricas da cidade.

Essas assimetrias evidenciam que o acesso à natureza nas cidades se apresenta de forma desigual, fazendo com que o acesso a áreas verdes de qualidade tenda a se concentrar nos setores mais nobres, tornando-se, na prática, um privilégio territorializado. Pois, a

maior parte da população vive em áreas onde o verde é ausente ou se encontra em estado de abandono e degradação. Como demonstram Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 8; p. 12), os impactos negativos e a precariedade das condições urbanas tendem a recair de maneira desproporcional sobre os grupos socialmente vulneráveis, evidenciando que a questão ambiental é indissociável das desigualdades sociais.

Diante desse cenário, a incorporação da noção de *direito humano ao meio ambiente* nos permite ampliar esse debate, ao compreender o acesso a um ambiente equilibrado como parte das condições fundamentais de vida urbana (Mello et. al, 2013, p.369). Essa perspectiva dialoga diretamente com a noção de *direito à natureza na cidade*, que será aprofundada a seguir, buscando evidenciar que o acesso à natureza não se distribui de forma homogênea na malha urbana, sendo mediado por relações de poder e processos de valorização espacial (Henrique, 2009). Mais do que a simples presença de áreas verdes, é necessário compreender quem pode, de fato, usufruir da natureza na cidade, e em quais dinâmicas esse acesso se materializa.

3.1 Direito à natureza no contexto urbano

A natureza no contexto urbano se configura como um campo de disputas, no qual sua presença, qualidade e formas de acesso são continuamente atravessadas por interesses econômicos e dinâmicas de valorização territorial. Essa compreensão dialoga com o debate consolidado no campo do direito à cidade e da justiça ambiental, especialmente a partir de autores como Henri Lefebvre (2001), ao tratar da produção social do espaço urbano, e de David Harvey (2005), ao discutir sobre a produção capitalista do espaço. No contexto brasileiro, autores como Acselrad et. al (2009) e Erminia Maricato (2015, p.26) evidenciam como o acesso aos bens ambientais urbanos é sistemicamente desigual, sendo mediado por dinâmicas de mercado e pela ação seletiva do Estado.

Em metrópoles como Goiânia, o direito à natureza é continuamente atravessado por conflitos territoriais que definem quem pode usufruir da natureza na cidade e quem é sistematicamente excluído dela (Henrique, 2009, p.109). O geógrafo Wendel Henrique defende que a reivindicação pelo acesso igualitário aos recursos naturais e pela preservação do equilíbrio ecológico nos espaços urbanos é parte fundamental da luta por cidades mais justas e sustentáveis. Nessa perspectiva, o bem estar coletivo inclui o direito de usufruir de uma convivência harmoniosa entre seres humanos e meio ambiente no interior das metrópoles. Ele critica a mercantilização da natureza e a segregação socioespacial que afastam as populações mais pobres dos benefícios proporcionados pela convivência com ambientes naturais, denunciando as estratégias de captura da natureza operadas pela iniciativa privada, cujo interesse na especulação imobiliária orienta a produção de loteamentos que se apropriam dos elementos naturais do território urbano.

Para discutir o direito à natureza no contexto urbano é fundamental reconhecer que esse direito não pode ser reduzido a indicadores tecnocráticos, como os que afirmam que “Goiânia possui 94m² de área verde por habitante”, frequentemente reproduzidos por materiais institucionais e pela mídia local como suposta evidência da qualidade ambiental da cidade (Prefeitura municipal de Goiânia, s.d.; Agência municipal do meio ambiente, s.d.; Correio Braziliense, 2023). Pois, esse tipo de dado é desconexo da realidade urbana,

e apresenta uma imagem abstrata e idealizada da cidade. Números como esses alimentam o imaginário da “Capital Verde”, mas pouco dizem sobre a experiência concreta de quem vive na cidade, já que esse tipo de abordagem negligencia aspectos fundamentais de análise do espaço: onde se encontra essa área verde na cidade? Elas correspondem a espaços efetivamente acessíveis à população, como parques e praças, ou representam fragmentos isolados e pouco utilizáveis no cotidiano urbano? Em outras palavras, até que ponto esse indicador reflete a experiência real de acesso à natureza vivida pelos moradores da cidade?

Nesse contexto, o uso do termo *indicadores tecnocráticos* apoia-se em uma leitura da natureza urbana ancorada naquilo que Acseirad, Mello e Bezerra (2009, p.13-15) identificam como uma abordagem simplista da questão ambiental, quando esta é tratada prioritariamente a partir de métricas quantitativas e instrumentos técnicos de mensuração. Essa abordagem, ao privilegiar a produção de indicadores sintéticos, tende a reduzir a complexidade das tensões socioambientais, gerando dados frequentemente descolados das condições concretas de acesso, uso e distribuição desses recursos no território.

Essa centralidade atribuída à dados tecnocráticos não é neutra. Ao reduzir a complexidade da natureza urbana a indicadores sintéticos, como a metragem de área verde por habitante, esse tipo de abordagem tende a ocultar as desigualdades que estruturam o território. No caso de Goiânia, a recorrência do dado de 94m² por habitante opera como um elemento de legitimação do discurso de capital verde, ao mesmo tempo em que desconsidera questões fundamentais, como a localização dessas áreas, suas condições de uso e o acesso efetivo da população. Esse tipo de leitura tecnocrática desvia o debate para uma dimensão abstrata e estatística, dificultando a compreensão de como a infraestrutura verde realmente se distribui na malha urbana, e quem tem acesso a ela.

Ao confrontar esse tipo de dado produzido por uma ideia de ecologia tecnocrática, que busca inflar estatísticas sobre o verde na cidade, surgem outras questões centrais que evidenciam o vazio desses números: o verde que entra nessa conta, diz respeito a áreas que a população realmente tem acesso como parques, praças e canteiros? Ou são representados majoritariamente por fragmentos de reservas ambientais isoladas, cercadas por gradis dentro do perímetro urbano, porém sem infraestrutura qualificada? Estudos já realizados sobre a distribuição e as condições de uso das áreas verdes em Goiânia, indicam evidências concretas de contradição nesses dados, pois mais de 50% das áreas verdes declaradas no tecido urbano de Goiânia, não se encontram em condições de uso efetivo para população, seja por limitações de acesso, ausência de infraestrutura ou condições inadequadas de permanência (Souza, et. al., 2020, p.173).

Sem responder a essas perguntas, esses indicadores tecnocráticos falham em produzir um verdadeiro diagnóstico ambiental, e passam a operar sobretudo como instrumento político de manutenção do mito de capital verde. Ao construir uma representação abstrata e homogênea da cidade, essa ecologia tecnocrata tende a ocultar as desigualdades socioespaciais que marcam a distribuição da infraestrutura verde na cidade. Como discutido no campo da justiça ambiental, a centralidade atribuída a esse tipo métrica epistemologicamente neutra, pode deslocar o debate das condições concretas para uma dimensão estatística, dificultando a problematização das assimetrias territoriais (Acseirad et al., 2009, p.12).

Sendo assim, o debate sobre o direito à natureza vai muito além de métricas simplistas que servem sobretudo para construção de discursos políticos e institucionais. Ele diz respeito à luta pela construção de cidades mais justas, nas quais o acesso às funções ecológicas essenciais para a vida urbana seja equitativo em todo seu território, e em toda sua realidade socioeconômica. Água limpa, drenagem adequada, sombra, biodiversidade, regulação climática e a possibilidade de conviver com ambientes não artificializados são direitos urbanos que deveriam estar assegurados a toda a população, e não condicionados à lógica da valorização imobiliária.

3.2 Ecocapitalismo e a captura da natureza urbana

Diante das desigualdades no acesso à natureza urbana debatidas até aqui, torna-se necessário compreender como essas dinâmicas se articulam a processos mais amplos na relação entre o mercado e o meio ambiente. Nessa relação, a pauta ambiental deixa de operar prioritariamente em favor da proteção ecológica e passa a ser apropriada para legitimar interesses do setor privado. Nesse contexto, os recursos da natureza presentes no perímetro urbano se tornam atrativos largamente explorados pela especulação imobiliária. Como explicam Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p.14), a chamada *modernização ecológica* é um fenômeno que consiste justamente em transformar questões ambientais em oportunidades de negócios, apresentando o desenvolvimento capitalista como capaz de “se ajustar” ecologicamente, porém sem que se altere suas bases de exploração. Nesse modelo, a natureza deixa de ser vista como direito coletivo e passa a ser tratada como recurso estratégico para justificar empreendimentos, atrair investimentos e consolidar discursos de sustentabilidade.

A incorporação da natureza às dinâmicas de valorização econômica do território pode ser melhor compreendida a partir de uma leitura de Harvey (2005, p.73-80), que ao discutir sobre a progressiva mercantilização no capitalismo contemporâneo, evidencia como a produção do espaço urbano está diretamente vinculada a processos de valorização territorial, nos quais elementos naturais passam a desempenhar papel ativo na diferenciação e hierarquização do espaço.

Para além da captura do território, podemos observar que existe também uma disputa pela própria pauta ambiental enquanto discurso institucional. Agentes do mercado imobiliário demonstram com frequência o interesse em agregar o discurso verde em seus empreendimentos, associando-o a um suposto compromisso com a sustentabilidade. Castree (2008, p.142) contribui nesse debate ao explicitar como a natureza é reconfigurada como ativo econômico, sendo integrada às lógicas de mercado não apenas em sua dimensão material, mas também simbólica. Mais do que sua presença material no território, o verde passa a desempenhar um papel central na construção de narrativas urbanas atribuídas à imagem da cidade.

É a partir dessa dimensão simbólica que se torna possível compreender de forma mais aprofundada os mecanismos pelos quais a natureza urbana é apropriada no contexto de Goiânia. Pois nessa dinâmica de disputa por território, o discurso ambiental é frequentemente articulado a partir de narrativas urbanas, para fabricar uma imagem de *capital verde* que existe sobretudo na forma decretos e projetos que nunca saem efetivamente do planejamento teórico, representando então uma realidade contraditória

com a experiência empírica que molda o cotidiano dos moradores da cidade, principalmente daqueles que vivem em regiões marginalizadas onde não há grande interesse do mercado imobiliário.

4 NATUREZA E PODER EM GOIÂNIA

Ao analisar as engrenagens que influenciam a produção territorial de Goiânia, torna-se evidente que a distribuição do verde na malha urbana não é resultado do mero acaso, mas sim de escolhas políticas e econômicas que definem quem poderá usufruir da natureza na cidade. É nesse tensionamento entre o discurso e experiência empírica da cidade que se revela o verdadeiro papel da natureza nas estruturas de poder da metrópole goiana. Como vimos anteriormente, a natureza é frequentemente capturada pelos interesses do setor privado nas metrópoles, a seguir, vamos buscar elucidar como a apropriação da natureza em Goiânia se dá através de uma série de estratégias de controle do território, operadas por diferentes agentes que geram influência no seu território. Buscaremos assim evidenciar como essas dinâmicas se materializam na cidade, e como elas se relacionam ao mito da *Capital Verde*.

A partir do referencial teórico e metodológico estabelecido, a presente análise da produção da natureza urbana em Goiânia foi estruturada a partir de três eixos analíticos:

- I. **Distribuição da infraestrutura verde pública:** buscando evidenciar as desigualdades no acesso à natureza urbana;
- II. **Apropriação privada da natureza:** compreendida a partir da transformação do verde em ativo econômico;
- III. **O mito da Capital Verde:** confrontando as narrativas institucionais e midiáticas sobre o verde em Goiânia.

Esses eixos permitiram a articulação entre a leitura teórica da produção do espaço urbano-ambiental desenvolvida até aqui, com as evidências empíricas observadas no território de Goiânia. Permitindo assim, a construção de evidências que, juntas, confrontam o mito de *Capital Verde* enquanto construção simbólica presente nas narrativas institucionais e midiáticas sobre o verde na cidade.

4.1 Distribuição da infraestrutura verde pública

Logo no início do desenvolvimento de Goiânia, a falta de mão de obra foi um problema significativo devido à baixa densidade populacional no estado de Goiás e à localização majoritária da população nos campos. Isso forçou a importação de mão de obra de outros estados, marcando o primeiro ciclo migratório da cidade. No entanto, o planejamento moderno não previu a localização desses novos trabalhadores dentro do espaço urbano, e essa massa de trabalhadores foi forçada a ocupar precariamente áreas deixadas à margem do projeto original. Assim surgiram as primeiras sementes de uma Goiânia segregante e excludente, onde a cidade planejada se distingue das periferias que vão se formando de forma irregular e precária, onde o morador lida cotidianamente com dificuldades no acesso da urbanidade (Rezende, 2019, p.31-33). Daí nasceram os primeiros sinais de contradição entre o projeto idealizado de Goiânia com a sua real

ocupação: caracterizada pela implantação de moradias improvisadas, em áreas com pouca estrutura urbana, distanciadas da urbanidade experimentada apenas por aqueles que moram nas áreas mais centralizadas dessa grande metrópole espalhada.

Ao observar os processos históricos da formação territorial de Goiânia, podemos compreender como as desigualdades urbanas se estruturam e se reproduzem ao longo do tempo, inclusive no que se refere ao acesso à natureza na cidade. A distribuição de infraestrutura verde na malha urbana apresenta sinais claros de segregação e desigualdade espacial, com melhor infraestrutura, serviços básicos e locais de lazer ao ar livre concentrados nas áreas centrais ou próximas de bairros como o Setor Sul e Oeste, enquanto as regiões periféricas sofrem com a precariedade. Estudos realizados em Goiânia já puderam apontar que dos 11,49% de áreas declaradas como áreas de preservação permanente, somente 6,22% estão cobertas por vegetação, representando um déficit de 5,26%. De acordo com a agência municipal do meio ambiente, dentre os 191 parques e bosques da cidade, apenas 5 possuem plano de gestão: Parque Areião, Bosque dos Buritis, Parque Flamboyant, Jardim Botânico e Parque Vaca Brava, todos estes localizados em zonas nobres de Goiânia. Além disso, mais de 50% dos parques e bosques declarados se encontram em estado de degradação, explicitando uma clara divergência entre as áreas de infraestrutura verde declaradas como disponíveis para a população, em vista das que estão efetivamente preservadas e implantadas devidamente (Souza, et. al., 2020, p.173).

A distribuição desigual da infraestrutura verde em Goiânia é reforçada através de estudos que articulam indicadores ambientais com variáveis urbanas, apontando para uma forte correlação entre a presença de áreas verdes bem qualificadas e regiões de maior valorização imobiliária da cidade. Nessas áreas, os espaços verdes tendem a apresentar melhores condições de manutenção e uso, enquanto nas regiões periféricas se observa maior incidência de fragmentação, degradação e ausência de infraestrutura adequada (Ramos; Nunes; Santos, 2020, p.86-101). Esses dados evidenciam que a natureza urbana em Goiânia se insere nas mesmas dinâmicas seletivas que estruturam o restante da malha urbana, reforçando padrões de desigualdade socioespacial. Esse padrão de distribuição desigual da infraestrutura verde pode ser compreendido a partir do que Lefebvre (2001, p.115-118) denomina como “miséria urbana”, onde os moradores das regiões mais afastadas são vítimas de uma malha urbana desigual. No contexto de Goiânia, essa noção permite evidenciar que a natureza urbana não escapa à lógica de produção desigual do espaço, sendo incorporada às dinâmicas que estruturam a segregação socioespacial. Nessa dinâmica, os benefícios ambientais tendem a se concentrar em determinados territórios, enquanto a precariedade recai de forma desproporcional sobre as populações mais vulneráveis.

4.2 Apropriação privada da natureza urbana

Os parques e bosques urbanos são públicos em teoria, mas na prática seu uso e apropriação sucumbe aos interesses privados. Em Goiânia, a valorização seletiva da natureza acompanhou a expansão urbana e a partir dos anos 1980, incorporadoras passaram a utilizar parques e áreas verdes como instrumentos de marketing imobiliário, representando símbolos de distinção social. Essa dinâmica estimulou a construção de empreendimentos de alto padrão no entorno de áreas como o Lago das Rosas, o Bosque

dos Buritis e o Parque Areião, transformando essas regiões em espaços de prestígio, impulsionando assim processos de gentrificação na cidade (Grande et al., 2016, p.57).

A especulação imobiliária se apropria do discurso ambiental para produzir fragmentos de natureza tecnificada e convertida em ativos de valorização econômica, produzindo a chamada “governamentalização da natureza” (Silveira, 2019, p.486). Nessa dinâmica, estratégias que se apresentam como voltadas à proteção ambiental podem, na prática, servir aos interesses do setor privado, reforçando processos de exclusão socioespacial. Esse movimento se articula com a análise da fragmentação territorial de Goiânia descrita por Rezende (2019, p.27), na qual se observa que o crescimento urbano da cidade se orienta pela combinação entre interesses imobiliários e ações estatais que reforçam a separação entre áreas valorizadas das regiões periféricas.

Nesse contexto, o poder público e o mercado produzem uma narrativa de gestão apoiada na estetização da paisagem, convertendo a natureza de Goiânia em ativo simbólico e econômico voltado às classes de maior renda. Assim, o discurso de sustentabilidade passa a operar como um mecanismo de apropriação privada dos recursos naturais, além de contribuir no ocultamento das desigualdades socioespaciais.

Essa dinâmica pode ser observada em Goiânia a partir de empreendimentos imobiliários que se implantam estrategicamente ao lado ou em frente aos principais parques da cidade, contribuindo para o uso privilegiado dessas áreas por aqueles que podem pagar pelo acesso a uma reserva ambiental convertida em extensão de seus condomínios (Moreira et. al, 2012, p.248). O mercado imobiliário também mobiliza a vegetação como ferramenta de segregação socioespacial, produzindo barreiras vivas que isolam bairros marginalizados daqueles onde se pretende consolidar zonas de alto padrão, operando assim como elemento de delimitação entre áreas valorizadas e territórios marginalizados, o que pode ser observado em estudos sobre a produção do espaço urbano em Goiânia (Grande et al., 2016, p.57).

Diante desses dados, podemos observar que a malha de Goiânia apresenta indícios de assimetrias significativas, onde áreas de maior interesse imobiliário concentram as condições mais favoráveis de acesso à natureza urbana através da infraestrutura verde bem qualificada. Enquanto nas regiões marginalizadas a população é condicionada a conviver com áreas verdes em estado precário, ou simplesmente, à falta total de qualquer natureza. Esses processos evidenciam que a apropriação privada da natureza urbana não ocorre somente no campo material, mas também no campo simbólico, contribuindo para a construção de narrativas que contribuem na ocultação das desigualdades que marcam o território goiano.

4.3 O mito da Capital Verde

Ao analisar o processo de materialização do território, articulado com a produção simbólica das representações atribuídas à Goiânia, torna-se possível compreender que a presença da natureza na cidade não se dá de forma homogênea ou neutra, permitindo que se evidencie que o mito da “Capital Verde” é atravessado por relações de poder, interesses do mercado, e por estratégias de valorização territorial que definem quem pode, de fato, usufruir dos recursos da natureza urbana. Diante desse cenário, é possível confrontar as contradições que permeiam o campo simbólico de Goiânia representada como uma

capital verde, tornando-se necessário problematizar as formas pelas quais a realidade ambiental da cidade é construída e articulada.

Essa análise se estrutura a partir da articulação entre os eixos anteriormente desenvolvidos. No Eixo 1 “Distribuição da infraestrutura verde”, observamos que o acesso à natureza urbana bem qualificada se concentra em áreas específicas de Goiânia, geralmente associadas a regiões privilegiadas onde há maior valorização imobiliária. Enquanto as regiões marginalizadas da cidade apresentam frequentemente reservas ambientais desqualificadas para uso urbano, que, não obstante, ainda são incorporadas às estatísticas tecnocráticas que buscam inflar a percepção de áreas verdes disponíveis para população.

Já no Eixo 2 “Apropriação privada da natureza urbana”, analisamos como essas áreas verdes são incorporadas às dinâmicas de mercado imobiliário, sendo mobilizadas como ativos econômicos de valorização territorial. Observamos que em Goiânia, os principais parques da cidade são articulados como instrumentos de distinção social e valorização imobiliária. Passando assim a integrar as dinâmicas de produção do espaço que, no contexto goianiense, apresentam padrões de segregação socioespacial que se expressam tanto no plano material quanto simbólico.

É a partir dessa articulação que buscamos evidenciar na análise do Eixo 3 “O mito da “Capital Verde”” como a ideia de “Capital Verde” difundida em Goiânia se articula aos interesses do setor imobiliário na cidade, revelando um processo de captura territorial e simbólica da natureza no contexto urbano.

Essa dimensão simbólica é amplamente mediada pelos meios de comunicação, que difundem e reforçam a ideia de uma capital verde, como apontam Silva e Almeida (2010, p. 96) em um estudo sobre as identidades conferidas à cidade, a mídia atua constantemente na valorização de recortes específicos do espaço urbano de Goiânia, contribuindo para que a cidade seja apresentada através das paisagens produzidas majoritariamente em regiões privilegiadas, não representando a realidade da maioria dos moradores. Evidenciando assim, como essa narrativa é desligada da realidade socioespacial que marca o território goianiense.

Ao articular os elementos evidenciados nos eixos apresentados, observamos que a representação de Goiânia como uma cidade verde exemplar, se desenvolve a partir de uma construção simbólica, ancorada em recortes seletivos do território, dados tecnocráticos epistemologicamente neutros, e pelos interesses do mercado privado sob o território. Assim, percebe-se que a estratégia de capturar o discurso ambiental atinge o seu êxito, quando captura o imaginário coletivo e o leva a acreditar que Goiânia é de fato uma cidade que merece o título de “Capital Verde”. Os parques e bosques das regiões nobres desempenham um papel importante na construção desse imaginário, e são usados como estratégia de marketing pelo setor imobiliário no intuito de ocultar seus impactos negativos na malha urbana, causando o agravamento das desigualdades socioespaciais, e a elitização do acesso à infraestrutura verde.

Observa-se, nesse caso, que o parque representa (...) uma paisagem espetáculo, ou seja, uma paisagem que não está associada à experiência, à vivência, às relações cotidianas e às identidades dos usuários com o lugar, mas, à beleza e a magnitude da imagem exposta aos olhares e a admiração urbana. (Silva, et. al, p.274, 2010)

Assim, o mito da “Capital Verde” se sustenta no plano simbólico pela forma como essas áreas são selecionadas e incorporadas ao imaginário coletivo. Ao privilegiar paisagens que operam como espetáculo e ao desconsiderar as desigualdades no acesso e na qualidade da natureza urbana, essa narrativa contribui para a naturalização de um modelo de cidade em que o verde se apresenta como privilégio territorializado. É nesse ponto que se evidencia que a captura do discurso ambiental em Goiânia não se limita a uma mera visão equivocada da cidade, mas se configura principalmente como uma estratégia articulada aos interesses do mercado privado, mobilizada como instrumento de captura material e simbólica da natureza urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa análise, podemos perceber que a natureza no território de Goiânia não se apresenta como um recurso neutro, pois seu acesso é frequentemente atravessado por disputas territoriais, que tendem a favorecer continuamente os grupos mais privilegiados deste embate. Nesse cenário, a produção da natureza urbana é mobilizada como um ativo de valorização territorial, no qual o discurso ambiental é apropriado como instrumento simbólico de legitimação.

Nesse contexto, os recursos ambientais presentes na malha urbana passam a ser progressivamente subordinados à lógica capitalista de produção do espaço, na qual a natureza é convertida em ativo estratégico de valorização territorial, e se torna um produto a ser consumido pelas elites. Nessa dinâmica, as funções ecológicas e sociais do meio ambiente ficam em segundo plano, evidenciando assim um processo de desarticulação entre a presença do verde na cidade e sua efetiva função para a vida urbana.

Ao tensionar os dados e processos relacionados à produção da natureza no território de Goiânia, evidencia-se que o título de Capital Verde não se sustenta quando confrontado com a experiência concreta da cidade. O verde institucionalizado opera como um dispositivo simbólico capaz de legitimar projetos que atendem prioritariamente aos interesses do mercado, sobretudo da especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que contribui para ocultar as desigualdades socioespaciais. A análise do território goianiense nos revela, portanto, que a questão ambiental não é um fenômeno neutro ou isolado, mas carregado de contradições, representando uma ruptura não apenas ecológica, mas também econômica, social e simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (AMMA). **Apresentação**, s.d. Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/apresentacao.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- CASTREE, Noel. **Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation**. *Environment and Planning A*, v. 40, n. 1, p. 131-152, 2008.
- GRANDE, Ivan; Boa Ventura, Deusa; Martinho, Ana Flávia. **Parques Urbanos de Goiânia: O City-Marketing como Estratégia de Valorização de seus Entornos**. *Revista Mirante, Anápolis (Go)*, v. 9, n. 2, dez. 2016.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HENRIQUE, Wendel. **Direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues; SILVA, Clarinda Aparecida da; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Paisagem urbana e áreas verdes: contexto dos parques urbanos de Goiânia**. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 229–252, jul./dez. 2012.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Parques e bosques de Goiânia, s.d. Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/parques-e-bosques/>> Acesso: abril/2026.
- RAMOS, Helci Ferreira; Nunes, Fabrizia Gioppo; Santos, Alex Mota dos. **Índice de áreas verdes como estratégia ao desenvolvimento urbano sustentável das Regiões Norte, Noroeste e Meia Ponte de Goiânia-GO, Brasil**. *Revista Colombiana de Geografía*, v. 29, n. 1, p. 86-101, 2020.
- REZENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. **Expansão e fragmentação do território: Goiânia de cidade ajustada à metrópole regional**. 2019.
- SILVA, Clarinda Aparecida da. **GOIÂNIA(S): Uma discussão sobre representações sociais e identidades conferidas à capital goiana**. *Revista Ateliê Geográfico*, v.4, n.10, p. 86-106, abril/2010.
- SILVEIRA, Mozart. Resenha de: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Jaila Raiane Barbosa; Nunes, Fabrizia Gioppo; Santos, Alex Mota. **Análise da configuração espacial das áreas verdes urbanas e dos corredores ecológicos no município de Goiânia - GO.** Revista GeoNordeste, São Cristóvão, p.168-187, 2020.